

CEDI - P. I. B.
DATA 24 06 86
COD. F7D08

INTRODUÇÃO

Para a área Sul do Pará os maiores problemas são

1 - A não demarcação das Reservas. 2 - As contínuas invasões dos territórios indígenas por fazendeiros, projetos de colonização, madeiras e garimpos. 3 - Ameaça de transferências. 4 - Desequilíbrio ecológico.

Além disso, todos os grupos estão direta ou indiretamente ameaçados a curto prazo pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, as hidrelétricas do Xingu e o Grande Projeto Carajás. Estas obras põem em perigo a própria sobrevivência destes grupos pelos danos causados ao meio ambiente, pelos problemas de saúde que continuam se agravando e pelas ingerências contínuas na vida tribal. Todos os grupos da área possuem pouco tempo de contato, alguns não falam português - Atualmente estão sendo contatados dois grupos ainda isolados, os Arara e os Parakanã.

Com relação ao Projeto Grande Carajás deve ser notada a inexistência de estudos específicos acerca do impacto ecológico destes empreendimentos planejados para uma região de floresta tropical. O Banco Mundial, um dos financiadores do Projeto Ferro-Carajás, recomendou a demarcação oficial e a proteção das áreas indígenas afetadas, além de garantir a esses povos condições de sobrevivência digna. Para um primeiro levantamento sobre a situação atual dos Gavião, Xikrin, Guajá e Guajajara (Maranhão) e de como aplicar os recursos repassados a FUNAI para o Projeto de Apoio às comunidades Indígenas afetadas pelo Projeto Ferro-Carajás" a CVRD contratou, através de indicação da Associação Brasileira de Antropologia, três antropólogos e um médico. Estes profissionais encaminharam um relatório com propostas concretas. Até hoje, porém, nenhuma destas propostas foi levada a sério pela FUNAI e ninguém sabe como estão sendo aplicados os recursos liberados pela CVRD.

Os Gavião da Montanha - Tucuruí, Pará 2

A FUNAI se omite, há anos, em informar que ainda há uma família de índios Gavião da Montanha, em Tucuruí, na área onde está sendo construída a hidrelétrica. O chefe deste grupo, Paiarê, vem sofrendo desde 1976 pressões para abandonar a sua terra, a área da montanha, onde ele continua morando, a margem direita do Tocantins, entre os igarapés Caganço e Arumateuzinho. Nesse local viviam 45 índios que abandonaram o local por causa das ameaças de funcionários da FUNAI e Eletronorte que, segundo Paiarê, diziam que se eles não saíssem, "iriam jogar bomba neles, passar trator". Exatamente no local de sua antiga casa a Eletronorte construiu duas torres de transmissão. Paiarê foi indenizado em 1977, entretanto a indenização cobriu apenas as benfeitorias e nada foi pago pela terra, além disso Paiarê foi obrigado a assinar o documento de desistência enquanto estava doente na clínica de Tucuruí.

Além das torres de transmissão, a Eletronorte desmatou a área, construiu estradas e tem lá um depósito de areia. A área encontra-se também invadida por posseiros e pela Capemi e segundo Paiarê, a Comara já tirou muita madeira da área.

Um posseiro feriu a mão de Paiarê que ficou paralisado. Ele foi impedir que o posseiro plantasse na área e o posseiro atacou-o com um facão.

A Eletronorte, por descargo de consciência tem prestado certa assistência a Paiarê, fornecendo água e transporte quando necessário e dando atendimento médico no hospital da vila Permanente. Segundo Paiarê, o pessoal da Eletronorte disse que ele poderia ficar na parte da terra que não fosse ser utilizada, tendo inclusive medido a área que não utilizariam, para o Paiarê.

Entretanto, no escritório da Eletronorte que cuida das desapropriações, o encarregado destes assuntos foi bastante grosseiro com a antropóloga que o procurou para maiores esclarecimentos, dizendo que o Paiarê não era mais índio (sic), que brigou com os Gavião de Mãe Maria. Disse ainda que o Paiarê gastou o dinheiro da indenização e agora fica reclamando. Não quiseram fornecer a antropóloga um mapa da área e por fim disseram que aquela área é da a-

ronáutica. Neste caso a FUNAI é totalmente omissa.* A área de Montanha é, porém, indiscutivelmente área indígena. Teve posto do SPI, há cemitérios indígenas e existe um decreto Estadual (

) concedendo a terra da Montanha aos índios Gavião. Existem muitas pessoas em Tucuruí dispostos a atestar que aquela área é terra dos Gavião.

* O CETAT também desconhece a existência de área indígena neste local.

Os Gavião de Mãe Maria, Marabá, Pará

Continuam a sofrer do impacto dos projetos de infra-estrutura que assolam o seu território: estradas, construção da ferrovia Carajás-Itaqui e invasões por parte de regionais. Devido à poluição crescente na área, há contaminação das águas e problemas sérios de saúde. "Em breve esta região deixará de ser uma importante área produtora de castanha-do-pará, fonte primordial de subsistência, e sobretudo de recursos para os Gaviões, cuja comercialização direta aos exportadores valeu-lhes a conquista da autonomia a partir de 1976. A alarmante diminuição da produção de castanha em toda aquela região do sudeste paraense deveu-se a extinção dos insetos polinizadores da castanheira, decorrente dos desmatamentos e queimadas que se verificam em grande escala. E resulta também, entre os Gaviões, da perda de porções significativas de seu território" (Ciência hoje Ano 1 nº 3 1982)

Suruí do Sororó, Pará

A Reserva dos índios Suruí do Sororó foi demarcada incorretamente, com prejuízo dos índios e em benefício de castanheiros da região. Os índios Suruí reivindicam nova demarcação, com retorno das áreas tradicionais que ficam fora de sua pequena reserva de 25.000 hectares. Essas áreas tradicionais, donde foram rechaçados por ataque de frentes de castanheiros, ficaram, segundo os índios, com os Senhores Evandro e Demóstenes de Azevedo, Antônio Braga e Almir Moraes. Faltam aproximadamente 40.000 hectares a serem demarcados.

Os Assurini do Trocará (Tocantins), Tukurui, Pará

Este grupo Tupi de ¹²⁰ 136 pessoas, vive nas margens do Tocantins a 20 minutos a jusante da Hidrelétrica de Tucuruí. É um grupo bastante abandonado pela FUNAI, apesar dos esforços desde 1980, pelo novo chefe de Posto, de remediar a situação de extrema penúria deste grupo. A área que lhes foi concedida é pequena, com uma boa parte de terras não produtivas. O mais grave é que a reserva Assurini foi cortada em duas partes pela construção da estrada Tucuruí-Cametá o que tem causado inúmeros danos e abusos, especialmente por parte de caçadores que invadem a área de floresta a oeste. A área é totalmente cercada de fazendas com extensos desmatamentos sem nenhum controle. Com o aumento populacional de Tucuruí e a obra da Hidroelétrica a estrada é cada vez mais movimentada, não havendo nenhum controle e nem placas que sinalizem a existência de uma reserva indígena. Os índios nunca receberam nenhuma indenização pela área desmatada e pelos prejuízos causados pelo desmembramento de seu território. Com o desaquecimento dos projetos na região e os problemas sociais causados pelo caso CAPEMI é de se temer invasões na área. Os Assurini também sofrem de invasões do seu território a margem do rio Tocantins e Trocará por pescadores. Os Assurini têm problemas de saúde e de transporte, no caso de doenças, possuindo apenas um barco muito velho para se deslocarem até Tucuruí. De maneira incompreensível os Assurini não foram incluídos no Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas do Projeto Ferro-Carajás apesar de estar sob sua área de influência.

Os Assurini do Koatinemo (Xingu) e os Araweté

A área Assurini e Araweté será inundada com a construção do complexo hidro-elétrico do Xingú, segundo o cronograma da Eletronorte. A fase de estudos de verá terminar no final desse ano. Apesar de haver desde 1979 uma proposta de delimitação para essa área, feita inclusive por um grupo de trabalho da FUNAI, até hoje nada foi feito no sentido de garantir o território desses grupos contatados na década de 70. Em 1982 foi reencaminhado a FUNAI (e a seu pedido) relatório elaborado pelos antropólogos que trabalham na área pedindo uma definição sobre a demarcação das terras. Apesar dos relatórios sucessivos tudo está parado.

Os Assurini foram contatados em 1971 e os Araweté em 1976 e ambos os grupos sofreram epidemias de gripe e malária que causaram baixas significativas em sua população. Os Assurini receberam a partir de 1978 assistência médica para controlar o processo de decrescimo populacional. Os Araweté, mais isolados ainda do ponto de vista logístico, continuam sendo vítimas de epidemias e do deficiente trabalho de assistência prestado pela FUNAI.

Transferência do grupo da Reserva Pucuruí

A mudança foi iniciada no dia 28/11/82, utilizando dois aviões da FUNAI e um cedido pela Eletronorte. Devido à falta de coordenação e transporte aéreo para o preparo de plantio, a área desmatada para as roças ficou praticamente perdida. Esta situação põe em risco a sobrevivência do grupo, no momento (inverno 1982-83) as chuvas não permitem maiores trabalhos.

Com a mudança a assistência piorou muito. A FUNAI só dispõe de dois vôos mensais para o PIA Marudjewara. O mais grave é que em caso de internação em hospital o índio não mais é levado para Tucuruí onde ha um hospital da Eletronorte e sim para Marabá onde são atendidos pela Fundação SESP que atende oito municípios e em péssimas condições de higiene e falta crônica de equipamentos e medicamentos. A malária continua abalando a saúde dos Parakanã. Em 1982 foram registrados 200 casos em uma única aldeia de 140 indivíduos.

Novos grupos entrando em contato

Em meados de dezembro um grupo Parakanã fez uma incursão em busca de farinha na fazenda Banacre, às margens de um afluente do Rio São José, afluente do Xingu. A FUNAI enviou para lá o sertanista Fiorelo Parisi com uma equipe, acompanhados por 04 índios do PI Pucuruí. Após apenas 23 dias de trabalho os índios fizeram contato com um grupo de aproximadamente 100 indivíduos. Destes, 43 aceitaram pacificamente retornar à fazenda onde aguardam transferência para Marudjewara, já que são parentes imediatos dos índios desta aldeia. Quanto ao restante preferiu se internar mais na mata, provavelmente virão pelo mato. Este grupo contatado informou da existência de pelo menos mais dois: Um com aproximadamente 150 indivíduos estabelecidos nas cabeceiras do Rio Pacajazinho e outro com aproximadamente 40 indivíduos estabelecidos entre as cabeceiras do Rio Cajazeiras do Meio e as cabeceiras do Rio Tapirapé afluente do Itacaiúnas.

Esta situação torna a indefinição quanto à delimitação da área um problema de graves proporções. O GETAT/Tucuruí tem interesse em lotear a área por 03

km ao longo do desvio da Transamazônica. Cada vez mais garimpeiros se adentram sem ser possível qualquer controle. Pelo lado do Rio Pacajazinho já estão se instalando mais posseiros e aqueles instalados ao longo do Rio Cajazeiras do Meio ampliam suas roças e gado.

O Desmatamento da área Parakanã pela Capemi

A FUNAI nunca informou de como os índios Parakanã seriam indenizados pelos desmatamentos efetuados em sua Reserva pela Agropecuaria Capemi. Após o escândalo Capemi chegar a público, no dia 09-03-83, através de matéria publicada pela Folha de São Paulo, o público é finalmente informado de que a primeira parcela da dívida com a FUNAI, de 1 milhão e 856 mil cruzeiros vencerá em 10-03-83 e que o valor global do contrato assinado em setembro de 1982 é de 356 milhões de cruzeiros, que deverão ser pagos em dez parcelas.

Os Parakanã (Reserva Parakanã e Reserva Tucuruí)

10

O que os jornais não publicaram acerca dos Parakanã nestes últimos cinco anos assume, de fato, proporções muito maiores do que até hoje foi mencionado. Desde 1978, estes índios vivem com perspectiva de uma transferência provocada com a construção da Barragem de Tucuruí. Mas, não foi tornado público que a área eleita por eles, de 319 mil ha., para esta transferência foi desconsiderada pela FUNAI. E que este Órgão promoveu, em dezembro de 1980, em Tucuruí, uma reunião para decidir o destino a ser dado aos índios Parakanã, apresentando para tanto uma área em muito inferior a uma das Reservas Parakanã, com apenas 156 mil ha., o que contraria a Lei 6001/73. Assim é que, cansados de tanto esperar os Parakanã da Reserva Parakanã se autotransferiram em setembro de 1981, enquanto que os residentes à Reserva Tucuruí somente em novembro de 1982 é que foram levados pela FUNAI para o ponto que haviam escolhido, às proximidades do Rio do Meio, região do Rio Cajazeiras; este local passou a se denominar aldeia Marudjewara. Contudo, se ambos os grupos se encontram nos locais que desejavam, não significa que a área como um todo seja a mesma da eleita em 1978. Deste modo, os jornais não publicaram que o território da nova Reserva Parakanã, para ambos os grupos foi reduzido pela FUNAI em mais de 100 mil ha., e que tal fato agrava-se ainda mais ao se saber que foram **contatados** recentemente cerca de 43 índios Parakana e que entre 100 e 150 se encontram ainda em pereambulação, o que poderá perfazer um total de aproximadamente 300 índios Parakana sem terra suficiente para viver. A FUNAI não forneceu nenhum prazo para a demarcação da reserva.

Os Kayapó

Os Kayapó são o grupo mais numeroso desta região do Pará. Ocupam 6 Reservas (Parque Kayapó, a maior reserva que abriga 2 grupos Gorotire, 2 grupos Kubekwákein, e 1 Kokwaimoro. Reserva Mekranoti, a Oeste do Xingu, com 3 grupos, PI Mekranoti, Baú e Pukanu. Reserva Karavaô. Reserva Xikrin do Bacajá. Reserva Xikrin do Cateté com 2 grupos, Pukatingwö e Kam-krokro). Existem também 2 grupos no Parque Nacional do Xingu: Kretire e Jarina.

Estes grupos até hoje bastante preservados estão sendo submetidos a mudanças rápidas devido ao Projeto Grande Carajás e a todos os outros projetos que se desenvolvem paralelamente a este projeto maior.

Sigilosamente, em julho de 1981, foi projetada a transferência de todos os Kayapó para uma área situada entre a margem direita do Xingu e Iriri, no Sul do Pará. Se os diferentes grupos tivessem aceitado, o Projeto Carajás poderia ter tomado conta do restante das áreas indígenas. Esta reunião de lideranças Kayapó foi noticiada (Liberal de Belém,) como Assembléia dos povos Kayapó, planejada e dirigida pela FUNAI com a presença de pessoas ligadas ao IBGE. Não é verdade, segundo artigo do Estado de São Paulo 10/06/82, de que os índios pediram uma área única - Muito pelo contrário, pelo menos os Xikrin do Cateté reagiram com espanto e firmeza contra tal proposta.

O problema mais grave enfrentado pelos Kayapó é a não demarcação de suas terras, as contínuas invasões e a poluição das águas dos rios que banham suas reservas. Os Kayapó ocupam um vasto território muito rico em minérios, madeiras nobres e boas terras para agricultura o que torna a sua situação extremamente vulnerável.

Estando totalmente sob o controle da FUNAI eles tiveram, até hoje, pouca oportunidade de se manifestar a nível de Governo ou através de entidades de apoio ou de participar de assembléias indígenas.

Existe também, especialmente no triângulo Gorotire, Kubekwákein e Kokwaimoro uma forte influência missionária da MISEB (Missão Evangélica Missionária)

que não propicia uma conscientização indígena de como encarar esta nova realidade na qual os índios estão cada vez mais envolvidos.

Neste sentido também não há projetos indígenas porque a área Kayapó é governada 100% pela FUNAI. Há, porém, tentativas de independência, como no caso dos garimpos de Rio Branco (ouro e cassiterita), mas são mal definidas e pouco controladas.

O Parque Kayapó, delimitado e em parte demarcado, espera há mais de 10 anos a demarcação da parte Leste e Sul, a mais problemática e invadida, situação que provocou os trágicos acontecimentos de agosto de 1980, quando houve o massacre de 19 pessoas da Fazenda Espadilha.

Em 1980-81 a área Gorotire foi maciçamente invadida pelo Garimpo Cumaru e Maria Bonita; os garimpeiros chegaram bem perto das roças dos índios. As consequências foram perda de terras e poluição. A FUNAI, a seguir, chegou ao compromisso de os índios receberem de 7 a 10% do lucro do minério tirado na área invadida. Colocou um Posto de vigilância mas as invasões continuam assim como os sobrevôos em cima da área.

O Sul do Parque Kayapó está invadido por fazendas. Existe na FUNAI um dossiê completo sobre estas invasões, mas não foi divulgado.

Os índios vão a fazenda Rio Dourado em visitas contínuas para vender artesanato e comprar mercadorias. Na parte Nordeste, já demarcada, há invasões de madeiras tirando madeira.

Graves epidemias são causadas pela poluição do igarapé 'Ponte' e por conseguinte do Rio Fresco. Na cabeceira do igarapé existe o garimpo do Cumaru que joga no rio todo tipo de detritos. Já pode ser notada a diminuição de peixes na parte baixa do igarapé.

A Reserva delimitada para os Xikrin do Bacajá é muito pequena, invadida por garimpos - além disso, muitos castanhais da tribo ficam fora da Reserva. Estes índios estão bastante abandonados.

A Reserva dos Mekranoti ainda não foi demarcada e estes índios estão ameaçados pela implantação, em área contígua da reserva, de uma imensa área destinada

a manobras militares.

A Reserva dos Xikrin do Cateté, a pesar de demarcada, está ilegalmente invadida ao Sul (Província do Pará 26-01-83), e a Oeste pela madeireira Campos Altos. Sofrerá duramente o impacto do Projeto Carajás e as cabeceiras de seus rios já estão poluídas. Há mais de dois anos que não há enfermeiro na área.